



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---

**VENTOS DE SÃO VITOR 01 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

**31 de dezembro de 2025**

Com relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## SUMÁRIO



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....	1
RELATORIO DO AUDITOR .....	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	5
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO .....	6
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE .....	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	9
1. INFORMAÇÕES GERAIS .....	10
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	11
3. GESTÃO DE RISCO .....	13
4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA .....	18
5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXAS .....	21
6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS ÀS DÍVIDAS .....	21
7. CONTAS A RECEBER .....	22
8. CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS .....	22
9. OUTRAS CONTAS A RECEBER .....	23
10. IMOBILIZADO .....	24
11. FORNECEDORES .....	28
12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS .....	28
13. TRIBUTOS E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS .....	32
14. ENCARGOS REGULATÓRIOS .....	32
15. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS .....	32
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	33
17. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS .....	33
18. CUSTO DE VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA .....	34
19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS .....	34
20. RESULTADO FINANCEIRO .....	35
21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	35
22. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO .....	36
23. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA .....	36
24. COBERTURA DE SEGUROS .....	37

### Prezados Acionistas,

A Administração da Ventos de São Vitor 01 Energias Renováveis S.A (“Companhia” ou “São Vitor 01”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

### A Companhia

A São Vitor 01 é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

A Companhia tem como objeto social a geração de energia elétrica por meio dos parques eólicos. O empreendimento está localizado no município de Xique-Xique, no estado da Bahia, e possui capacidade instalada total de aproximadamente 32 MW.

### Governança corporativa

A Companhia mantém o seu sistema de gestão baseado nas melhores práticas de governança, atuando assim de forma ética e com respeito para com seus acionistas e demais partes relacionadas.

### Responsabilidade ambiental e social

A São Vitor 01 trabalha em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho.

A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais e prioridades da Companhia.

### Recursos humanos

O capital humano é extremamente relevante para a São Vitor 01, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com larga experiência no setor de energia.

A adoção de regras consoantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros.

### Agradecimentos

A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia no exercício de 2025.

**A Administração.**



# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da  
Ventos de São Vitor 01 Energias Renováveis S.A.  
Xique-Xique - BA**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Vitor 01 Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Vitor 01 Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

### **Demonstrações financeiras do período anterior auditadas por auditor independente antecessor:**

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício encerrado em 31 de Dezembro 2024 foram auditadas por outro auditor, que expressou uma opinião não modificada sobre essas demonstrações financeiras em 25 de Abril de 2025.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de Abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

**VENTOS DE SÃO VITOR 01 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**

Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma



Ativos				Passivos			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024		Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.450	1.802	Fornecedores	11	11.292	23.015
Contas a receber	7	1.870	1.972	Empréstimos e financiamentos	12	3.415	3.909
Contas a receber de partes relacionadas	8	3.307	1.917	IRPJ e CSLL		224	-
Tributos a recuperar		11	3	Tributos e obrigações trabalhistas	13	1.350	1.253
Despesas antecipadas		117	954	Encargos regulatórios	14	5.707	180
Estoque		21	-	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>21.988</b>	<b>28.357</b>
Outras contas a receber	9	8.844	39				
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>18.620</b>	<b>6.687</b>	<b>Não circulante</b>			
<b>Não circulante</b>				Empréstimos e financiamentos	12	90.815	89.708
<b>Realizável a longo prazo</b>				Provisão para desmobilização de ativos	15	1.234	995
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	5.208	6.927	IRPJ e CSLL diferidos		337	-
Tributos a recuperar		15	-	Fornecedores	11	11.120	-
Despesas antecipadas		6	-	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>103.506</b>	<b>90.703</b>
		<b>5.229</b>	<b>6.927</b>	<b>Patrimônio líquido</b>			
Imobilizado	10	164.769	177.489	Capital social	16	86.950	85.850
Intangível		210	249	Prejuízos acumulados		(23.616)	(13.558)
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>170.208</b>	<b>184.665</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>63.334</b>	<b>72.292</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>188.828</b>	<b>191.352</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>188.828</b>	<b>191.352</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**VENTOS DE SÃO VITOR 01 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Receita líquida de vendas	17	18.823	18.090
Custo de venda de energia elétrica	17	(15.763)	(17.534)
<b>Lucro bruto</b>		<b>3.060</b>	<b>556</b>
Despesas gerais e administrativas	18	(244)	(290)
<b>Lucro operacional</b>		<b>2.816</b>	<b>266</b>
Receitas financeiras	19	1.311	699
Despesas financeiras	19	(12.948)	(12.317)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(11.637)</b>	<b>(11.618)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(8.821)</b>	<b>(11.352)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(900)	(639)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(337)	-
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(10.058)</b>	<b>(11.991)</b>
<b>Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$</b>		<b>(0,11)</b>	<b>(0,13)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**VENTOS DE SÃO VITOR 01 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prejuízo do exercício	(10.058)	(11.991)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b><u>(10.058)</u></b>	<b><u>(11.991)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**VENTOS DE SÃO VITOR 01 ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**



Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>	<b>76.745</b>	<b>(1.567)</b>	<b>(19)</b>	<b>75.159</b>
Aumento de capital	-	-	-	-
Integralização de capital	9.105	-	-	9.105
Outros resultados abrangentes	-	-	19	19
Prejuízo do exercício	-	(11.991)	-	(11.991)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>85.850</b>	<b>(13.558)</b>	<b>-</b>	<b>72.292</b>
Integralização de capital	1.100	-	-	1.100
Prejuízo do exercício	-	(10.058)	-	(10.058)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>86.950</b>	<b>(23.616)</b>	<b>-</b>	<b>63.334</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo do exercício		(10.058)	(11.991)
<b>Ajustes de receitas e despesas</b>			
Impostos de renda e contribuições sociais		1.237	-
Depreciação e amortização	10	6.782	8.379
Baixa de ativo imobilizado e intangível		17	-
Receitas de aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	(751)	-
Juros, variações monetárias e custo de emissão - empréstimos e financiamentos	12	10.631	10.870
Atualização financeira de provisão de desmobilização		85	-
<b>Variações nos ativos operacionais</b>			
Contas a receber	7	102	(1.034)
Contas a receber de partes relacionadas	8	(1.390)	(917)
Tributos a recuperar		(23)	(3)
Estoque		(21)	-
Despesas antecipadas		831	(627)
Outras contas a receber	9	(8.805)	(28)
<b>Variações nos passivos operacionais</b>			
Fornecedores	11	6.602	(11.018)
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar		17	466
Encargos regulatórios		5.527	8
<b>Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<b>10.783</b>	<b>(5.895)</b>
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	12	(5.986)	(4.103)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(596)	(560)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<b>4.201</b>	<b>(10.558)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	(6.927)
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	10	(1.091)	10.956
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento</b>		<b>(1.091)</b>	<b>4.029</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	(2.671)	-
Resgates de aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	5.141	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	12	(4.032)	(5.057)
Integralização de capital		1.100	9.105
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>(462)</b>	<b>4.048</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>		<b>2.648</b>	<b>(2.481)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>1.802</b>	<b>4.283</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>		<b>4.450</b>	<b>1.802</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

### 1.1 Contexto operacional

A Ventos de São Vitor 01 Energias Renováveis S.A. (“Companhia” ou “São Vitor 01”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 4 de novembro de 2019, com sede na Rodovia BA 052, Km 442, S/N, Parte 01 - Zona Rural, Itaguaçu da Bahia, BA CEP 47400-000, Município de Xique-Xique, Estado da Bahia, tendo como objeto social a geração de energia elétrica por meio dos parques eólicos, conforme Resolução Autorizativa nº 9.383 de 3 de novembro de 2020.

A Companhia tem como acionista controlador a Infraestrutura Brasil Holding V S.A. (“Controladora” ou “IBH V”), cujo, objeto social é a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável tendo como investimentos o Parque Eólico de São Vitor e, tem como controlador final, o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (“Pátria”).

A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

A Companhia possui as seguintes características:

SPE	Usina	Estado	Capacidade MW	Garantia Física – MWm	Início da autorização	Fim da autorização
São Vitor 01	Ventos de São Vitor 01	BA	32	15,1	03/11/2020	02/11/2055

Ao longo das demonstrações financeiras, o conjunto de empresas que fazem parte do Complexo Eólico São Vitor é referido como “Grupo”.

### 1.2 Contratos de energia

O Complexo Eólico Ventos de São Vitor é composto por 14 usinas eólicas, totalizando aproximadamente 480 MW de potência instalada, sendo 32 MW correspondentes à capacidade instalada da Companhia.

Em 2019, a São Vitor 01 comercializou grande parte de sua energia por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre (CCEAL) firmados com a CEMIG Geração e Transmissão (“CEMIG”). Os contratos celebrados são de longo prazo, até dezembro de 2041, sendo que as condições comerciais permanecem confidenciais, em conformidade com as práticas de mercado e com as cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes.

No que se refere à estrutura de financiamento de longo prazo, a Companhia conta com financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

### 1.3 Situação financeira

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo no montante de R\$3.368 (R\$21.670 em 31 dezembro de 2024).

	31/12/2025	31/12/2024
Total do ativo circulante	18.620	6.687
Total do passivo circulante	21.988	28.357
<b>Capital circulante líquido</b>	<b>(3.368)</b>	<b>(21.670)</b>

A Companhia registrou prejuízos nos últimos exercícios, refletindo principalmente sua estrutura de capital, o perfil econômico-financeiro típico dos primeiros anos de operação do empreendimento e os efeitos recentes de eventos

de *curtailment*, os quais reduziram o resultado dos exercícios. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta prejuízos acumulados no patrimônio líquido no montante de R\$ 23.616.

A Companhia possui contrato de venda de energia de longo prazo, que proporciona previsibilidade de receitas ao longo da vigência contratual, ainda que sujeito a eventuais restrições operacionais do sistema elétrico. A Administração monitora continuamente a posição de liquidez e o desempenho operacional da Companhia, avaliando a necessidade de adequações em sua estrutura de capital.

No curso normal dos negócios, e considerando o estágio atual dos empreendimentos, a Companhia poderá contar, quando necessário, com suporte financeiro de seus acionistas, por meio de aportes de capital, os quais estão alinhados ao planejamento financeiro do grupo econômico.

Com base na avaliação realizada, a Administração entende que a Companhia possui capacidade de manter a continuidade normal de suas operações, razão pela qual as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1 Base de elaboração e apresentação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 14 de abril de 2026.

### **2.2 Principais políticas contábeis materiais**

As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### **2.2.1 Políticas contábeis materiais não apresentadas em notas explicativas**

Considerando que a Companhia não apresenta determinadas notas explicativas em suas demonstrações financeiras, as correspondentes políticas contábeis, que seriam divulgadas nessas notas, estão sendo apresentadas neste capítulo.

##### **2.2.1.1 Arrendamentos**

A Companhia reconhece, em concordância com o CPC 06 – Arrendamentos, um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros. O ativo é depreciado ao longo do prazo do contrato e o passivo atualizado pelos encargos financeiros e reduzido pelos pagamentos realizados.

A Companhia possui contratos de arrendamento de terras cujos pagamentos são integralmente variáveis, atrelados a receita líquida. Em função dessa característica, tais contratos não atendem aos critérios para reconhecimento de passivo de arrendamento conforme o CPC 06, sendo os pagamentos reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que incorridos.

#### 2.2.1.2 Provisão para processos judiciais

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia possui passivo contingente no montante de R\$ 317 relativo a processos judiciais possíveis, de reclamações trabalhistas que têm por principais matérias: indenização por danos morais e materiais, horas extras, verbas rescisórias, diferenças salariais, adicional noturno, dentre outros.

### 2.3 Adoção de normas contábeis – Novas e revisadas

Norma / Pronunciamento	Vigência	Principais pontos novos/alterados
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	01/01/2025	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante.
CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	01/01/2026	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros.
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	01/01/2026	Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais.
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	01/01/2027	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras. A Companhia fará a adoção a essas normas e interpretações novas e alteradas conforme o CPC correspondente, se cabível, quando entrarem vigor.

### 2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

### 2.5 Conversão de moeda estrangeira

#### (a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

#### (b) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras.

## 2.6 Uso de estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras exige o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos por parte da Administração. Esse processo envolve a aplicação das políticas contábeis materiais da Companhia em áreas que requerem maior nível de julgamento, caracterizadas por sua complexidade. Adicionalmente, são destacadas as áreas onde as premissas e estimativas possuem impacto significativo na elaboração das demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas da Companhia não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 10 - Imobilizado:** Aplicação das vidas úteis definidas e taxas de depreciação;
- **Nota explicativa 10 – Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração:** A avaliação da recuperação de ativos de longa duração, segue regras específicas. Ao final de cada exercício, a Companhia (juntamente com as demais empresas do Grupo) realiza análise para identificar possíveis evidências de que o montante contábil desses ativos possa não ser recuperável. Em situações excepcionais, caso sejam identificadas tais evidências, o Grupo aplica o teste de recuperação (*impairment*) desses ativos. Esses testes envolvem a consideração de diversas variáveis e fatores de incerteza relacionados: (i) expectativas de faturamento de geração de energia; (ii) prazo das autorizações; (iii) deduções sobre as vendas; (iv) custos de venda de energia; (v) despesas operacionais; além de outras projeções necessárias para o teste. Todo o processo busca assegurar que o valor contábil dos ativos não exceda seu valor recuperável, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis;
- **Nota explicativa 15 – Provisão para desmobilização de ativos:** Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base em estimativas e premissas, considerando as taxas de desconto NTN-B+IPCA e o valor presente dos custos previstos para a desmobilização e remoção dos ativos ao término do prazo de autorização das usinas. Esses custos são reconhecidos contra o ativo correspondente.

## 3. GESTÃO DE RISCO

### 3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado, b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas da Companhia. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição:

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Avaliação de cenários para definição sobre refinanciamentos
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
		Avaliação de crédito	
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.

### (a) Risco de mercado

#### **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**

Os riscos de taxa de juros decorrem de contratos operacionais, empréstimos e financiamentos. Esses contratos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa, o qual permanece sendo constantemente monitorado.

Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda funcional, a Companhia atualiza os controles de exposição às taxas periodicamente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos.

Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía contratos de derivativos e/ ou swap de taxa de juros.

#### **Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises.

As informações demonstradas no quadro, mensuram, contextualmente, o impacto nos resultados da Companhia em função das variações do CDI e IPCA.

A seguir, é apresentada a tabela demonstrativa da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para a Companhia, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data.

Para verificar a sensibilidade da variação desses indicadores, na data-base 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes, com base no cenário macroeconômico e alinhados à expectativa da Administração da Companhia: (i) considerando a taxa esperada (índices obtidos através de informações disponibilizadas pelo

mercado) para 31 de dezembro de 2026 (impacto provável no resultado); (ii) com apreciação e depreciação de 25%, e (iii) com apreciação e depreciação de 50%.

Operação	Indexador	Saldo em exposição	31/12/2025				
			Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%
	IPCA		4,05%	3,04%	5,06%	2,03%	6,08%
Recursos em aplicações financeiras	CDI	3.882	522	391	652	261	783
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	CDI	5.208	700	525	875	350	1.050
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(97.664)	(3.955)	(2.967)	(4.944)	(1.978)	(5.933)

### (b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, a Companhia mantém relacionamento com bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobra de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez conforme o uso previsto do caixa classificados como baixo risco segundo mercado local.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela Administração.

A Companhia avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que o saldo a receber, em sua maioria, é oriundo do contrato com a CEMIG que não possui histórico de inadimplência. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

### (c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Tesouraria, que monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa por empresa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. A Companhia acompanha as cláusulas contratuais dos empréstimos e financiamentos, além de monitorar as condições restritivas financeiras (“*covenants*”), quando aplicável, a fim de que a Companhia não quebre limites ou cláusulas estabelecidas nos documentos das operações.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, e, se aplicável, exigências regulatórias ou legais.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Na data deste balanço, a Companhia mantém CDBs e caixa disponível de R\$4.450 (R\$1.802 em 31 de dezembro de 2024).

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, não-descontados, excluindo impacto de acordos de compensação correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Vencimentos				Total geral
	Até um ano (i)	Acima de 1 até 3 anos (i)	Acima de 3 até 5 anos (i)	Acima de 5 anos (i)	
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>					
Fornecedores	11.292	6.933	4.187	-	22.412
Encargos regulatórios	5.707	-	-	-	5.707
Empréstimos e financiamentos	9.390	19.688	20.838	179.475	229.391
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>					
Fornecedores	23.015	-	-	-	23.015
Encargos regulatórios	180	-	-	-	180

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes.

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos.

A Companhia adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores e encargos regulatórios.

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

### 3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração realiza, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, a revisão da política de pagamento de dividendos, devolução de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas às dívidas.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Total dos empréstimos e financiamentos	94.230	93.617
(-) Caixa e equivalente de caixa	(4.450)	(1.802)
(-) Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	(5.208)	(6.927)
<b>Dívida líquida</b>	<b>84.572</b>	<b>84.888</b>
Total do patrimônio líquido	63.335	72.292
<b>Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)</b>	<b>147.907</b>	<b>157.180</b>
Índice de alavancagem financeira - %	57%	54%

### 3.3 Outros riscos considerados relevantes

#### a) Risco regulatório

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

O risco de *curtailment* no setor de energia é a limitação ou corte forçado da geração por decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), mesmo que haja recurso natural para gerar.

Causado por excesso de produção/falta de demanda em determinados dias e horários, congestionamento/indisponibilidade da rede de transmissão, ou por outros critérios operativos de confiabilidade definidos pelo ONS, apesar de ser um risco que sempre existiu no setor, tornou-se mais relevante a partir de agosto de 2023, atingindo percentuais elevados e afetando especialmente projetos eólico e solares da região Nordeste.

Tal situação gera prejuízos e afeta a viabilidade de investimentos em ativos de geração renovável, levando a busca por soluções estruturais como melhorias na rede de transmissão, ações de incentivo e regulamentação de armazenamento, além de compensações financeiras para visando mitigar os impactos financeiros aos geradores.

Foi promulgada a Lei nº 15.269/2025, a qual estabeleceu diretrizes para a compensação parcial aos geradores de energia elétrica por perdas decorrentes de certos tipos de restrições de geração. A referida Lei instituiu o arcabouço legal para eventual indenização, condicionando sua efetiva aplicação à regulamentação específica pelos órgãos competentes e à celebração de Termo de Compromisso entre os agentes de geração e o Poder Concedente.

Em continuidade ao processo regulatório, foi instaurada a Consulta Pública nº 210/2025, aberta em 31 de dezembro de 2025, com prazo para contribuições até 16 de janeiro de 2026, com o objetivo de definir, entre outros aspectos, os critérios de elegibilidade, a metodologia de apuração dos montantes compensáveis, os limites financeiros aplicáveis e as condições operacionais para implementação do mecanismo previsto na Lei.

Até a data de emissão das demonstrações financeiras, a regulamentação definitiva ainda não foi concluída e os critérios técnicos e jurídicos para apuração de eventual compensação permanecem em discussão. Dessa forma, considerando o estágio atual do processo regulatório e a ausência de definição quanto aos parâmetros aplicáveis e à efetiva materialização do direito à compensação, a Companhia não reconheceu quaisquer efeitos contábeis relacionados a esse tema nas demonstrações financeiras de 2025, permanecendo no aguardo do posicionamento final das autoridades competentes para concluir suas análises.

#### **b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil**

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia, como mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos e supressão de benefícios fiscais.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”).

O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também instituído o Imposto Seletivo (“IS”), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de futura regulamentação.

Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos mencionados somente poderão ser mensurados após a conclusão da regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

#### **c) Risco de impairment**

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia identificou indicativos de *impairment* para um ativo ou grupo de ativo, conforme detalhado na nota explicativa nº 10 (“Imobilizado”).

### **4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA**

#### **(a) Reconhecimento e mensuração inicial**

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a respectiva empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

#### **(b) Classificação e mensuração subsequente**

##### **Ativos financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente (“VJORA”).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

#### **Mensuração subsequente de ganhos e perdas**

**VJR** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado** - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

#### **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

#### **(c) Desreconhecimento**

##### **Ativos financeiros**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

##### **Passivos financeiros**

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa

do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### (d) **Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos períodos apresentados.

#### (e) **Impairment de ativos financeiros**

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

#### (f) **Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado**

##### **Ativos financeiros**

Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

##### **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado conforme o balanço da Companhia estão apresentados abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Ativos financeiros</b>		
Ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	4.450	1.802
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	5.208	6.927
Contas a receber	1.870	1.972
Contas a receber de partes relacionadas	3.307	1.917
Outras contas a receber	8.844	39

#### Passivos financeiros

Ao custo amortizado:

Fornecedores	22.412	23.015
Empréstimos e financiamentos	94.230	93.617
Encargos regulatórios	5.707	180

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos classificados no circulante aproxima-se de seu valor justo em função do curto prazo remanescente até o vencimento.

Para os instrumentos classificados no não circulante, a Administração entende que o valor contábil representa uma aproximação razoável do respectivo valor justo na data do balanço, considerando que são remunerados substancialmente por taxas pós-fixadas indexadas a indicadores econômicos e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Não foi elaborada estimativa específica de valor justo.

## 5. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXAS

### Política contábil

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado da Companhia.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

	31/12/2025	31/12/2024
Recursos em banco e em caixa	568	9
Recursos em aplicações financeiras (i)	3.882	1.793
<b>Total</b>	<b>4.450</b>	<b>1.802</b>

- (i) Aplicações financeiras em CDBs com liquidez diária, remunerados a uma taxa média de 99,18% do CDI (97% a 100,5% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

## 6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS ÀS DÍVIDAS

### Política contábil

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas ao custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado do exercício.

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas (i)	5.208	6.927
<b>Total</b>	<b>5.208</b>	<b>6.927</b>

- (i) Contas reservas relacionadas às dívidas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sem liquidez imediata e que não possuem no curto prazo possibilidade de resgate. Valores aplicados em CDB com remuneração equivalente a 98% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (média de 97,32% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

## 7. CONTAS A RECEBER

### Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas.

A Administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização.

A Companhia avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que o saldo a receber, em sua maioria, é oriundo do contrato com a CEMIG que não possui histórico de inadimplência. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes a vencer e vencidas. O saldo é composto conforme disposto abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Venda de energia (i)	1.870	1.972
<b>Total</b>	<b>1.870</b>	<b>1.972</b>

- (i) Contas a receber relativas principalmente aos respectivos *Power Purchase Agreement* (“PPA”) junto à Cemig. O contrato foi feito conforme condições negociadas entre as partes e prevê a venda de energia incentivada com início de suprimento de energia em janeiro de 2023 e término em dezembro de 2041. Além dos contratos de PPA junto à Cemig, a Companhia efetuou vendas de energia para comercializadoras.

Abaixo a abertura dos saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A vencer	1.870	1.972
<b>Total</b>	<b>1.870</b>	<b>1.972</b>

## 8. CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS

### Política contábil

Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com a Companhia, as quais foram realizadas em condições acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações, conforme apresentado a seguir:

Empresas	Natureza	31/12/2025	31/12/2024
		Ativo circulante	Ativo circulante
Ventos de São Vitor 02 Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado	211	137
Ventos de São Vitor 03 Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado	211	137
Ventos de São Vitor 04 Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado	210	136
Ventos de São Vitor 05 Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado	211	137
Ventos de São Vitor 06 Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado	211	137
Ventos de São Vitor 07 Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado	655	192
Ventos de São Vitor 08 Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado	211	137
Ventos de São Vitor 09 Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado	211	137
Ventos de São Vitor 10 Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado	294	192
Ventos de São Vitor 11 Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado	211	137
Ventos de São Vitor 12 Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado	211	137
Ventos de São Vitor 13 Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado	211	137
Ventos de São Vitor 14 Energias Renováveis S.A.	Custo compartilhado	252	164
<b>Total</b>		<b>3.307</b>	<b>1.917</b>

### (a) Impactos no resultado

Empresas	Natureza	31/12/2025	31/12/2024
		Resultado	Resultado
Ventos de São Vitor 02 Energias Renováveis S.A.	(-) Custos e despesas compartilhadas	1.996	676
Ventos de São Vitor 03 Energias Renováveis S.A.	(-) Custos e despesas compartilhadas	1.996	676
Ventos de São Vitor 04 Energias Renováveis S.A.	(-) Custos e despesas compartilhadas	1.987	673
Ventos de São Vitor 05 Energias Renováveis S.A.	(-) Custos e despesas compartilhadas	1.996	676
Ventos de São Vitor 06 Energias Renováveis S.A.	(-) Custos e despesas compartilhadas	1.996	676
Ventos de São Vitor 07 Energias Renováveis S.A.	(-) Custos e despesas compartilhadas	2.792	945
Ventos de São Vitor 08 Energias Renováveis S.A.	(-) Custos e despesas compartilhadas	1.996	676
Ventos de São Vitor 09 Energias Renováveis S.A.	(-) Custos e despesas compartilhadas	1.996	676
Ventos de São Vitor 10 Energias Renováveis S.A.	(-) Custos e despesas compartilhadas	2.792	945
Ventos de São Vitor 11 Energias Renováveis S.A.	(-) Custos e despesas compartilhadas	1.996	676
Ventos de São Vitor 12 Energias Renováveis S.A.	(-) Custos e despesas compartilhadas	1.996	676
Ventos de São Vitor 13 Energias Renováveis S.A.	(-) Custos e despesas compartilhadas	1.996	676
Ventos de São Vitor 14 Energias Renováveis S.A.	(-) Custos e despesas compartilhadas	2.394	810
<b>Total</b>		<b>27.934</b>	<b>9.457</b>

### **Remuneração do pessoal-chave da Administração**

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não houve valores de remuneração do pessoal chave da Administração, pois as despesas estão sendo centralizadas por outra empresa controlada pela Pátria. A remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo encargos e benefícios, totalizava R\$9.079 (R\$5.861 em 31 de dezembro de 2024).

### **Compartilhamento de Custos**

Despesas com pessoal e despesas com serviços contratados para o Parque Eólico Ventos de São Vitor pela Companhia que são rateados por todas as SPEs do Parque de acordo com a capacidade instalada de cada SPE.

## 9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

### **Política contábil**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança e decorrem de eventos passados. Os

ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Adiantamento a funcionários	16	36
Adiantamento a fornecedores	43	3
Depósitos judiciais (i)	5.890	-
TUST (i)	2.895	-
<b>Total</b>	<b><u>8.844</u></b>	<b><u>39</u></b>

- (i) Trata-se de Mandado de Segurança Preventivo, cujo objeto é a obtenção de liminar consistente na suspensão dos efeitos da decisão da CCEE quanto ao não repasse dos percentuais do desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em decorrência dessa suspensão, a Companhia realizou o pagamento integral da tarifa e espera recuperar o montante apresentado na rubrica “TUST” após a decisão. Foi realizado um depósito judicial no valor de R\$ 5.890, para assegurar o Juízo para fins de suspender os efeitos da decisão da CCEE.

## 10. IMOBILIZADO

### Política contábil

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da concessão/autorização. As taxas anuais de depreciação da Companhia se aproximam das taxas de depreciação do MCPSE.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as vidas úteis estimadas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

### Teste de redução ao valor recuperável

O Grupo avalia anualmente ou, com maior frequência, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem a necessidade de um teste de *impairment*, conforme os parágrafos 9 a 12 do CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos. Nesse sentido, a avaliação é feita com base em fontes externas e internas de informação, considerando variações nas taxas de juros de mercado, mudanças significativas em ambientes tecnológicos, de mercado, econômico ou legal no qual a entidade opera ou mercado para o qual o ativo é utilizado, evidências de obsolescência, dano físico do ativo ou desempenho econômico pior que o esperado, além de outras indicações observáveis de que o ativo diminuiu significativamente no período.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo realizou uma análise detalhada dos indicadores de *impairment* utilizando fontes internas e externas, em conformidade com as normas CPC 01 (R1) / IAS 36, para suas Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Para fins de teste de *impairment*, a Administração define que as SPEs, em conjunto, representam uma Unidade Geradora de Caixa (UGC). Essa classificação fundamenta-se no fato de que as SPEs estão situadas em uma mesma região geográfica e compartilham características operacionais e decisões estratégicas sinérgicas, sendo geridas e monitorados como uma única unidade de negócios.

Foram identificados indicativos de *impairment* no Complexo Eólico Ventos de São Vitor, uma vez que a performance operacional e os resultados dos ativos para o referido período ficaram abaixo das projeções orçamentárias. Essa situação decorre, principalmente, dos altos níveis de *curtailment* que afetam o complexo e não estão sob controle da Administração. O *curtailment* é um fator externo adverso que impactou diretamente a operação, contribuindo para uma piora significativa nos resultados, vide nota explicativa nº 3.3.

Diante da situação supracitada, foi realizado teste de valor recuperável com base no cálculo do valor em uso dos ativos geradores de caixa, utilizando método do fluxo de caixa descontado. Neste método, a avaliação é baseada no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do negócio descontados por uma taxa de retorno que considera a incerteza de se atingir esses fluxos de caixa e o valor temporal do dinheiro.

O teste foi realizado por uma consultoria especializada contratada pela Administração e se baseou em premissas de projeções de longo prazo preparadas pela Administração, informações de mercado disponíveis e em desempenho em períodos anteriores.

Os testes de *impairment* foram executados por meio de cálculos do valor recuperável, definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de venda, conforme parágrafo 18 do CPC 01. O valor em uso foi determinado utilizando o método de fluxo de caixa descontado (DCF).

As premissas fundamentais que sustentam o teste de redução ao valor recuperável do complexo foram estruturadas a partir de projeções de fluxos de caixa fundamentadas em diretrizes financeiras, operacionais e regulatórias, sempre em alinhamento com o plano de negócios da Companhia e as condições vigentes de mercado. Para a correção das projeções de receitas e custos, adotou-se o IPCA como índice econômico central, refletindo de maneira fidedigna as expectativas inflacionárias para o período. O estudo abrange um período de 30 anos para fins de análise, prazo que corresponde à vida útil remanescente dos ativos do complexo conforme laudos técnicos, utilizando como data-base o dia 30 de setembro de 2025.

No que tange à expectativa de faturamento, a receita baseia-se predominantemente em contratos bilaterais, PPAs (*Power Purchase Agreements*), que asseguram a comercialização da energia por prazos determinados. A curva de geração futura foi desenhada considerando o histórico de desempenho do complexo, certificações de produção de

energia das usinas eólicas e o cenário de despacho projetado para o Sistema Interligado Nacional (SIN). Um elemento crítico nesta modelagem é a projeção de perdas por *curtailment*, o qual se baseia em estudos de projeção de carga, demanda e de expansão de linhas de transmissão, para estimar os desligamentos forçados das usinas, considerados até o último ano de projeção. Assim, a geração líquida final para fins de faturamento é obtida subtraindo-se da geração bruta tanto as perdas por *curtailment* quanto o consumo interno das instalações.

Sobre o fluxo de caixa, as projeções incorporam as deduções necessárias sobre as vendas, incluindo tributos como PIS e COFINS, aplicados rigorosamente conforme a legislação, além dos encargos setoriais regulatórios pertinentes ao setor elétrico. Para converter esses fluxos futuros ao valor presente, utilizou-se o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), que inicia em 12,13% e converge para 11,60% a partir de 2028, capturando o perfil de risco do empreendimento e as flutuações das condições de mercado ao longo do tempo.

Em relação a Lei nº 15.269/2025, o Grupo optou por uma postura conservadora, entendendo que não há base objetiva para mensurar esses efeitos no momento, de modo que o valor em uso do Complexo Eólico Ventos de São Vitor não contempla tais ganhos potenciais até que as definições legais sejam plenamente estabelecidas.

Como resultado desses testes, o valor recuperável de todos os ativos avaliados excedeu seu respectivo valor contábil. Portanto, não foi reconhecida qualquer perda por *impairment* no período, conforme parágrafo 58 do CPC 01 (R1).

### (a) Composição e movimentação do ativo imobilizado

	Imobilizado em andamento	Desmobilização de ativos	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	Planta eólica	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>	-	-	-	-	<b>177.562</b>	<b>177.562</b>
Adições	-	995	152	-	7.090	8.237
Depreciação	-	-	(8.274)	(36)	-	(8.310)
Transferências	2.079	-	181.818	755	(184.652)	-
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>2.079</b>	<b>995</b>	<b>173.696</b>	<b>719</b>	-	<b>177.489</b>
<b>Custo</b>	<b>2.079</b>	<b>995</b>	<b>181.970</b>	<b>755</b>	-	<b>185.799</b>
<b>Depreciação acumulada</b>	-	-	<b>(8.274)</b>	<b>(36)</b>	-	<b>(8.310)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>2.079</b>	<b>995</b>	<b>173.696</b>	<b>719</b>	-	<b>177.489</b>
Adições	883	154	195	-	-	1.232
Depreciação	-	(77)	(6.626)	(27)	-	(6.730)
Baixas	(17)	-	-	-	-	(17)
Transferências	(53)	-	53	-	-	-
Outros (i)	(1.565)	-	(5.640)	-	-	(7.205)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>1.327</b>	<b>1.072</b>	<b>161.678</b>	<b>693</b>	-	<b>164.769</b>
<b>Custo</b>	<b>1.327</b>	<b>1.149</b>	<b>176.578</b>	<b>755</b>	-	<b>179.809</b>
<b>Depreciação acumulada</b>	-	<b>(77)</b>	<b>(14.900)</b>	<b>(63)</b>	-	<b>(15.040)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.327</b>	<b>1.072</b>	<b>161.678</b>	<b>693</b>	-	<b>164.769</b>
<b>Taxa média de depreciação</b>	-	<b>6,70%</b>	<b>3,75%</b>	<b>3,51%</b>	-	

- (i) Refere-se, substancialmente, ao estorno de provisões registradas em exercícios anteriores relacionadas a estimativas de gastos associados ao imobilizado. Na rubrica de “Máquinas, equipamentos e outros”, em função da conclusão das negociações do contrato com o fornecedor dos equipamentos, os montantes anteriormente provisionados foram parcialmente revertidos, com os respectivos ajustes refletidos na movimentação do imobilizado na rubrica “Outros”.

## 11. FORNECEDORES

### Política contábil

O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Circulante</b>		
Materiais e serviços	7.222	1.081
Compra de energia	1.352	-
Provisões de fornecedores (i)	2.718	21.934
	<u>11.292</u>	<u>23.015</u>
<b>Não circulante</b>		
Provisões de fornecedores (i)	11.120	-
	<u>11.120</u>	<u>-</u>
<b>Total</b>	<u>22.412</u>	<u>23.015</u>

- (i) O montante registrado na rubrica de provisão de fornecedores refere-se a obrigações contratuais devidas à Siemens Gamesa Energia Renovável Ltda, decorrentes dos contratos de fornecimento, instalação e comissionamento dos aerogeradores, incluindo obrigações pós-COD (Commercial Operation Date), ajustes contratuais e garantias de performance relacionadas ao pleno funcionamento das unidades geradoras. No exercício de 2025, a Companhia celebrou acordo comercial com o fornecedor, por meio do qual foram redefinidas as condições e o cronograma de liquidação do saldo remanescente. Conforme pactuado, os pagamentos terão início em 2026. A classificação entre passivo circulante e não circulante foi realizada com base no cronograma acordado entre as partes na data-base das demonstrações financeiras.

## 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

### Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos captados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*) e descontado das amortizações.

Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de empréstimos e financiamentos são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

## a) Contratos

### (i) BNDES

Em 29 de novembro de 2021, a Companhia assinou contrato de financiamento com o BNDES. O total de recursos captados é de R\$86.184, totalmente desembolsados durante os anos de 2022, 2023 e 2024. A dívida é composta por principal e juros remuneratórios correspondente a IPCA + 6,31% ao ano.

Originalmente, o principal e juros da dívida seriam pagos ao BNDES em 270 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela em 15 de junho de 2023 e a última em 15 de novembro de 2045. Posteriormente, o contrato foi aditado em 23 de maio de 2023, alterando a quantidade de parcelas para 259, tendo seu início em 15 de maio de 2024 e término mantido em 15 de novembro de 2045. A linha de crédito foi disponibilizada conforme a seguir:

- Crédito “A” – São Vitor 01, recurso total de R\$86.184, composto por subcrédito A1 no valor de R\$59.868 e subcrédito A2 no valor de R\$26.316;

## b) Empréstimos e financiamentos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos	3.663	4.157
(-) Custo de captação	(248)	(248)
	<u>3.415</u>	<u>3.909</u>
<b>Não circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos	94.001	93.142
(-) Custo de captação	(3.186)	(3.434)
	<u>90.815</u>	<u>89.708</u>
<b>Total</b>	<u>94.230</u>	<u>93.617</u>

**c) Composição de empréstimos e financiamentos**

Companhia	Descrição	Valor do Contrato	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	31/12/2025	31/12/2024
São Vitor 01 Energias Renováveis S.A.	BNDES_A1	59.868	29/11/2021	IPCA + 6,31% a.a.	Mensal	Mensal	15/11/2045	(i) Penhor da totalidade das ações de emissão da IBH IV; (II) Penhor da totalidade das ações de emissão das SPE's (III) Penhor das máquinas e equipamentos relativos ao projeto; (IV) cessão fiduciária de: (a) direitos creditórios dos contratos de compra e venda de energia, (b) quaisquer outros direitos e/ou receitas decorrentes do projeto, (c) direitos creditórios das contas vinculadas da SPE e da IBH V, (d) direitos creditórios dos mútuos, (e) direitos emergentes das autorizações, (f) direitos creditórios da SPE provenientes dos contratos do projeto. Conta reserva do serviço da dívida equivalente a 6 prestações, Conta Reserva de O&M equivalente a 3 meses de despesa com O&M. (v) fiança bancária até completion físico-financeiro.	71.087	69.773
São Vitor 01 Energias Renováveis S.A.	BNDES_A2	26.316	29/11/2021	IPCA + 6,31% a.a.	Mensal	Mensal	15/12/2037		26.578	27.526
								(-) Custo de captação de dívidas	(3.434)	(3.682)
									<b>94.230</b>	<b>93.617</b>

#### d) Movimentação de empréstimos e financiamentos

	<u>Empréstimos e financiamentos</u>	<u>(-) Custo de captação</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>	<b>95.839</b>	<b>(3.932)</b>	<b>91.907</b>
Provisão de juros	6.019	-	6.019
Atualização monetária	4.602	-	4.602
Amortização de custos de emissão de dívida	-	249	249
Liquidação do principal	(5.057)	-	(5.057)
Liquidação dos encargos	(4.103)	-	(4.103)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>97.300</b>	<b>(3.683)</b>	<b>93.617</b>
Provisão de juros	6.004	-	6.004
Amortização de custos de emissão de dívida	-	249	249
Atualização monetária	4.378	-	4.378
Liquidação do principal	(4.032)	-	(4.032)
Liquidação dos encargos	(5.986)	-	(5.986)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>97.664</b>	<b>(3.434)</b>	<b>94.230</b>

#### e) Condições restritivas financeiras (covenants)

O financiamento com o BNDES, possui cláusulas contratuais restritivas que preveem o acompanhamento anual de determinado índice financeiro (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, ou “ICSD”) a partir da divisão da geração de caixa das atividades do ano referência pelo serviço da dívida consolidados na IBH V, com base nas informações das demonstrações financeiras consolidadas da IBH V.

O cálculo deve ser superior ou igual a 1,30x para (i) obtenção da conclusão financeira do projeto e (ii) distribuição de dividendos e/ou redução de capital. A Administração implementou controles adequados de forma a realizar seu acompanhamento e apuração periodicamente. Em 31 de dezembro de 2025, o índice de 1,30x não foi atingido; entretanto, conforme contrato, não há nenhum impacto para vencimento antecipado da dívida, além dos assuntos mencionados nos itens (i) e (ii) acima.

#### f) Composição por ano de vencimento

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
1 ano	3.663	4.157
2 anos	3.529	3.253
3 anos	3.666	3.375
4 anos	3.879	3.506
5 anos	4.023	3.709
Após 5 anos	78.904	79.299
<b>Total</b>	<b>97.664</b>	<b>97.299</b>

#### g) Custo de transação

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

### 13. TRIBUTOS E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

#### Política contábil

Os tributos e obrigações trabalhistas a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da Companhia os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda e Contribuição social a pagar (i)	-	137
ICMS a pagar	9	1
ISS a pagar	36	34
PIs e COFINS a pagar	118	115
Salários, provisões e encargos sociais	1.044	897
Outros tributos a pagar	143	69
<b>Total</b>	<u><u>1.350</u></u>	<u><u>1.253</u></u>

- (i) Os montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão sendo apresentados na rubrica “IRPJ e CSLL” do balanço patrimonial.

### 14. ENCARGOS REGULATÓRIOS

#### Política contábil

Nessa rubrica são reconhecidos os encargos relacionados ao setor de energia que são definidos pela ANEEL e cobrados pelas transmissoras, sob gestão do Operador Nacional do Sistema, os quais correspondem aos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (“EUST”), Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (“TFSEE”) e à Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (“TUST”).

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
TUST (i)	5.707	180
<b>Total</b>	<u><u>5.707</u></u>	<u><u>180</u></u>

- (i) Em 2025, o montante é composto pelos custos do Complexo passaram a ser centralizados na Companhia que, posteriormente, por meio de compartilhamento de custos, rateia com as demais SPEs do Complexo e pelo débito de um mês que sofreu a suspensão do pagamento, em decorrência da liminar obtida no mandado de segurança, vide nota explicativa nº 8.

### 15. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

#### Política contábil

As provisões para desmobilização de ativos são estimativas registradas em função da existência de um contrato de arrendamento que estabelece a obrigação da Companhia de devolver o terreno ao final do contrato nas mesmas condições em que foi recebido. Essa obrigação inclui a remoção de estruturas e equipamentos instalados, exceto as obras aterradas, como fundações, redes de água e esgoto, entre outras. O reconhecimento dessa provisão busca garantir que os custos associados à restauração do local sejam adequadamente mensurados e registrados ao longo da vida útil dos parques eólicos.

Os valores provisionados são estimativas mensuradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de desconto de 7,44%, com base na melhor estimativa da Administração e pelo mesmo período da autorização.

Saldos em 01 de janeiro de 2024	-
Adições	995
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>995</b>
Adições	154
Atualização financeira	85
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.234</b>

## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito da Companhia era de R\$100.250, dividido em 100.250.000 ações, sendo 86.950.000 ações integralizadas (85.850.000 em 31 de dezembro de 2024).

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de maio de 2024, o capital social será aportado em até cinco anos, contados a partir da data da referida Assembleia.

A Companhia não possui ações autorizadas. A seguir a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:

Acionistas	31 de dezembro de 2025		
	Participação - %	Quantidade de ações	Capital social integralizado
IBH V	100%	100.250.000	86.950
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100.250.000</b>	<b>86.950</b>

Acionistas	31 de dezembro de 2024		
	Participação - %	Quantidade de ações	Capital social integralizado
IBH V	100%	100.250.000	85.850
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100.250.000</b>	<b>85.850</b>

## 17. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

### Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito por esses bens. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada).

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	MWh	Valor	MWh	Valor
<b>Receita</b>				
Receita com energia	137.820	19.033	173.003	18.772
Receita com energia CCEE	-	643	-	141
<b>Deduções</b>				
(-) Impostos sobre vendas	-	(718)	-	(687)
(-) TFSEE	-	(135)	-	(136)
<b>Total</b>	<b>137.820</b>	<b>18.823</b>	<b>173.003</b>	<b>18.090</b>

## 18. CUSTO DE VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Custo de venda de energia elétrica</b>		
Energia elétrica comprada para revenda (a)	3.748	5.609
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	2.362	2.172
Custo de operação (b)	9.653	9.753
<b>Total</b>	<b>15.763</b>	<b>17.534</b>

### (a) Custo de energia elétrica comprada para revenda

	31/12/2025	31/12/2024
Energia elétrica comprada para revenda	1.746	5.543
Custo de liquidação CCEE	2.002	66
<b>Total</b>	<b>3.748</b>	<b>5.609</b>

### (b) Custo de operação

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	270	177
Manutenções, materiais e serviços de terceiros	1.581	635
Prêmios de seguros	515	190
Arrendamentos e aluguéis	345	214
Depreciações e amortizações	6.780	8.379
Outros custos	162	158
<b>Total</b>	<b>9.653</b>	<b>9.753</b>

## 19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	7	-
Materiais e serviços de terceiros	204	183
Arrendamentos e aluguéis	-	8
Licença e suporte de software	7	-
Outras despesas	26	99
<b>Total</b>	<b>244</b>	<b>290</b>

## 20. RESULTADO FINANCEIRO

### Política contábil

As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras.

As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras.

As despesas financeiras sobre empréstimos e financiamentos são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente.

Não foram realizadas compensações entre receitas e despesas financeiras.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas de aplicações financeiras	1.310	698
Outras receitas financeiras	1	1
<b>Total das receitas financeiras</b>	<u>1.311</u>	<u>699</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.004)	(10.621)
Amortização de custos de emissão de empréstimos e financiamentos (i)	(249)	-
Atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos (ii)	(4.378)	-
IOF	(20)	(64)
Comissões, garantias e fianças	(2.134)	(1.325)
Atualização financeira desmobilização	(85)	-
Outras despesas financeiras	(78)	(307)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<u>(12.948)</u>	<u>(12.317)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u>(11.637)</u>	<u>(11.618)</u>

- (i) Os montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão sendo apresentados na rubrica “Outras despesas financeiras”.
- (ii) Os montantes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão sendo apresentados na rubrica “Juros sobre empréstimos e financiamentos”.

## 21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### Política contábil

Na Companhia, a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita, onde a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota de 9%. Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias das receitas financeiras de aplicações financeiras.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>IRPJ</b>		
Receita com energia	19.778	18.021
Presunção IRPJ (8%)	1.582	1.442
Receita financeira	1.917	243
<b>Base de cálculo</b>	<u><b>3.499</b></u>	<u><b>1.685</b></u>
<b>IRPJ 15%</b>	<b>525</b>	<b>253</b>
<b>IRPJ adicional 10%</b>	<b>326</b>	<b>144</b>
<b>Outro</b>	<b>-</b>	<b>17</b>
<b>CSLL</b>		
Receita com energia	19.778	18.021
Presunção CSLL (12%)	2.373	2.163
Receita financeira	1.917	243
<b>Base de cálculo</b>	<u><b>4.290</b></u>	<u><b>2.406</b></u>
<b>CSLL 9%</b>	<b>386</b>	<b>216</b>
<b>Outro</b>	<b>-</b>	<b>9</b>
Corrente	900	639
Diferido	337	-
<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>	<u><b>1.237</b></u>	<u><b>639</b></u>
<b>Alíquota efetiva</b>	<u><b>5,70%</b></u>	<u><b>3,50%</b></u>

## 22. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

### Política contábil

O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações, dessa forma, os resultados por ação básico e diluído são idênticos.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Resultado básico e diluído por ação</b>		
Prejuízo atribuído aos acionistas	(10.058)	(11.991)
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	93.137	93.107
<b>Resultado básico e diluído atribuível por ação - R\$</b>	<u><b>(0,11)</b></u>	<u><b>(0,13)</b></u>
<b>Resultado básico e diluído atribuível por ação das operações total- R\$</b>	<u><b>(0,11)</b></u>	<u><b>(0,13)</b></u>

## 23. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras; contudo, não impactaram o caixa:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisões fornecedores	13.838	18.569
Provisão para desmobilização de ativos	1.234	995
	<u><b>15.072</b></u>	<u><b>19.564</b></u>

## 24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As modalidades de seguros contratados pela Companhia referem-se principalmente a riscos operacionais com cobertura de danos materiais e lucros cessantes, D&O e responsabilidade civil.

\* \* \*

**Francisco Moya Reina**

Diretor Presidente

**Gabriel Marinho de Farias**

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

**Rodrigo Cesar de Moraes**

Controller

**Fabio Henrique Silva Marques**

Contador

CRC SP-315705/O-3